

## 6

### Análise dos dados

Neste capítulo se desenvolverá a análise dos dados, levando em consideração os vários cenários das ofensas apresentados no capítulo anterior. Serão inicialmente analisados os dados em que o cenário do conflito se deu entre países gerando conflitos diplomáticos, dentro do modo *Many to many*.

#### 6.1

#### **Chávez critica declaração de Celso Amorim sobre pedido de desculpa**

O presidente venezuelano Hugo Chávez considerou nesta terça-feira "impertinente" a declaração do ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, segundo a qual a Venezuela deveria se desculpar com o Congresso brasileiro para obter a adesão de seu país ao Mercosul.

"O chanceler do Brasil deu uma declaração que consideramos impertinente, dizendo que se a Venezuela não se desculpar será muito difícil obter a adesão", disse Chávez em pronunciamento em rede de rádio de TV.

"A Venezuela não tem nada que se desculpar, é o Congresso do Brasil que tem de se desculpar por se intrometer em assuntos internos da Venezuela", enfatizou. "Se o governo ou o Congresso do Brasil insistirem que a Venezuela tem que apresentar uma desculpa, não entraremos no Mercosul", acrescentou. A polêmica começou no mês passado, quando Chávez se enfureceu com os senadores brasileiros por terem pedido que reconsiderasse sua decisão de não renovar a concessão da televisão opositora RCTV. O presidente venezuelano chamou os políticos brasileiros de "papagaios que repetem o que dizem em Washington". [noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2007/07/03/ult35u54025.jhtm](http://noticias.uol.com.br/ultnot/economia/2007/07/03/ult35u54025.jhtm) – acesso em 28/01/2008.

O cenário em que se desenvolve o evento tem como ofensa inicial a crítica do Congresso brasileiro a Chávez por não renovar a concessão a um canal de TV que lhe fazia oposição. Nas relações internacionais comentários institucionais depreciativos são considerados interferências indevidas, portanto uma ofensa para a qual se exigem desculpas. Neste exemplo, o conflito se deu por uma sequência de atos verbais ofensivos de ambas as partes com atos ameaçadores à face negativa de ambos, conforme se verifica no desenrolar dos fatos. Nessa circunstância, produzida a ofensa, e da mesma forma que na vida social, sem o pedido de desculpas não há possibilidade de continuidade do diálogo.

Para Blum-Kulka & Olshtain, o mais direto pedido de desculpas se realiza por explícitos atos de fala de força ilocucionária com indicações claras de arrependimento pelo ato praticado (op. cit., p. 203). O que se comprova no conflito estabelecido é a recusa explícita de Chávez da responsabilidade do ato que lhe é imputado pelo Congresso brasileiro. A resposta, inclusive, não segue a linguagem protocolar das relações internacionais, pelo uso de linguagem vulgar chamando os políticos brasileiros de “papagaios que repetem tudo o que dizem em Washington”. E a cada ofensa praticada geram-se outras acrescentando um elemento de tensão. Não se preenche a condição de felicidade do ato de fala no conceito de Austin.

## 6.2

### Conflito Colômbia- Equador

O governo colombiano pediu desculpas ao Equador pela ação realizada no último sábado (1º), em que forças militares colombianas entraram no território equatoriano e mataram um dos líderes das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (Farc), Raúl Reyes, e outros 16 guerrilheiros. A informação foi divulgada pela Agência Bolivariana de Notícias.

O pedido de desculpas foi lido [...] pelo chanceler colombiano Fernando Araújo, que qualificou a iniciativa como “ação em que se viu obrigado a se adiantar na zona de fronteira”. Araújo definiu a operação como “a entrada de helicópteros colombianos com o pessoal das forças armadas no território equatoriano para revistar o lugar onde morreu o membro do secretariado das Farc, Raúl Reyes”.

Ele disse ainda que o governo colombiano nunca teve a intenção de violar a soberania ou a integridade da “irmã República do Equador, de seu povo ou de suas autoridades”. O chanceler reiterou o desejo de seu país de avançar em mecanismos de cooperação que poderiam ser implementados com instrumentos bilaterais ou multilaterais, em consonância por ambos os países, naquilo que classificou como enfrentamento do terrorismo

[www.agenciabrasil.gov.br/noticias](http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias) - Disponível em 3/3/2008. Acesso em 5/3/2008.

A ação da Colômbia atacando acampamentos de guerrilheiros das Farc em território equatoriano gerou um ato ofensivo à soberania nacional, o que é condenado pelas leis internacionais. Situação diferente do exemplo anterior, ofensas por atos verbais, pois tratou-se de ação concreta de invasão de território. O pedido de desculpas foi realizado protocolarmente, por meio de nota oficial por quem está legitimado como representante do país, que é o chanceler. Respeitando o princípio do direito internacional, o governo colombiano reconhece a ofensa:

“se adiantar na zona de fronteira” e assume a responsabilidade pelo ato, mas eximindo-se de culpa total, pois “se viu obrigado” àquele ato, e a ofensa é mitigada eufemisticamente pelo verbo “adiantar” em substituição a “invadir”. E ao afirmar que “nunca teve a intenção de violar a soberania” de outro país, a força semântica do advérbio “nunca”, cumpre as exigências protocolares do direito internacional e preserva sua imagem. Os fatos comprovam que houve na realidade invasão do território equatoriano, comportamento não-recomendável por caracterizar um ato ameaçador à face de ambos os interlocutores. Estratégia que, no modelo de Brown & Levinson é uma forma indireta com o intuito de fugir da responsabilidade minimizando os danos.

A estratégia utilizada no pedido de desculpas do governo da Colômbia foi a de minimizar os danos. Por ser um evento de alto risco nas relações entre nações, o pedido de desculpas é feito com polidez positiva por caracterizar o ofendido como república “irmã”, além de tentar convencê-lo a se integrar num movimento internacional contra o terrorismo. Consolida-se nessa situação um padrão de atos verbais como tentativa de construir uma face positiva do ofensor e do ofendido numa forma de comunicação linguística suave que não gere problemas, para a construção de relações amigáveis e retomada do princípio do respeito aos limites territoriais dos países. O conceito de polidez positiva está presente no componente semântico de intimidade do termo “irmã” e no convite de se unirem os dois países no combate ao terrorismo. Conforme Brown & Levinson (1987, p. 101), a expressão de desculpas da Colômbia identifica um desejo de manutenção de valores e ações considerados desejáveis para ambos os interlocutores, na tentativa de reciprocidade, intimidade e na conjunção de esforços para combater o terrorismo ressaltando valores que vão além de notas protocolares, numa tentativa de preservação da face positiva de ambos os países.

### 6.3

#### **Cartaz retirado - pedido de desculpas**

O Governo venezuelano pediu, quinta-feira, desculpas a Portugal por ter utilizado a imagem do chefe do Executivo português, José Sócrates, num painel de propaganda para as eleições presidenciais, que entretanto já foi retirado. «**Se houve algum tipo de interpretação particular, pedimos desculpas**», afirmou o ministro venezuelano da Comunicação e Informação, William Lara, citado pela rádio TSF. Segundo o mesmo governante, foi já retirado o painel, que se localizava na saída Oeste de Caracas. O cartaz incluía o nome do primeiro-ministro «José Sócrates Carvalho» e as bandeiras de Portugal e da Venezuela e, na parte inferior, surgia a expressão «Rompendo o bloqueio. Venezuela é respeitada!». (grifos nossos).

Jornal Digital. Disponível em 1/10/2007. Acessado em 29/1/2008

A ofensa originou-se da utilização indevida, por parte da Venezuela, da imagem de governante de outro país: Portugal, o que gerou uma ofensa e o consequente movimento de reparo por parte do ofensor. Entretanto não se caracterizou responsabilidade explícita, pois o pedido de desculpas é ambíguo, por vir precedido da condicionante *se*, “Se houve algum tipo de interpretação particular, pedimos desculpas” que transfere a responsabilidade para o recebedor do pedido ao apontar para possibilidade de que o problema tenha sido causado por uma interpretação equivocada por parte de Portugal. A ambiguidade se acentua pelo efeito de sentido que subjaz na força ilocucionária da expressão: “Venezuela é respeitada!”, subentendendo-se uma negativa visão de Portugal, que não é respeitado tanto quanto a Venezuela. Não se configurou um conflito diplomático de grandes proporções, senão desconforto ou desembaraço por uma atitude reprovável (GOFFMAN, 1967: 97)

### 6.4

#### **Conflito entre os EUA e a China**

A reportagem abaixo faz o relato da invasão do espaço aéreo da China por um avião de espionagem americano que se chocou com um avião de menor porte chinês provocando a morte do piloto. A aeronave americana teve que pousar numa ilha chinesa, e os oficiais americanos foram retidos. O pedido de desculpas foi redigido pelo governo americano, mas a princípio foi rejeitado, pois na primeira

nota foi utilizada a palavra *regret*. A pendência só se resolveu quando os americanos substituíram-na por *very sorry*. Solucionado o componente semântico, os chineses se sentiram reparados.

O presidente da China, Jiang Zemin, exigiu um pedido formal de desculpa que usasse o termo *apologize* perdão, em português. Em uma nota, o governo americano preferiu a palavra *regret* lamentar. Os chineses acharam pouco e continuaram retendo a tripulação espiã enquanto iam desmontando e estudando seu avião. Diplomatas negociaram então uma carta assinada por Bush, desta vez com a expressão *very sorry* que os americanos entendem como "sentimos muito" e os chineses puderam traduzir como "perdoe-nos".

Veja on-line – 18/4/2001

Uma leitura vinculada à cultura americana que possa ter induzido o governo americano a não empregar formas de desculpas que atendessem aos padrões chineses é atestada por Tanaka et. al. (op. cit.) na sua avaliação dos padrões de complexidade cultural que envolvem o comportamento social do reparo. Para os americanos *sorry* indica assunção explícita da responsabilidade pelo ato e conseqüente obrigação de repará-lo. O comportamento do governo americano se instaura no princípio da variabilidade cultural dos aspectos semânticos do enunciado, pois anteriormente o governo americano lamentou o acontecido numa aceitação implícita da responsabilidade, ainda que amenizada por uma expressão – *regret* – em vez de *apologize*. De início Bush não se sentia responsável, na óptica dos chineses. *Sorry*, principalmente quantificado pelo *very* deixou aos chineses o sentimento de reparação por parte do governo americano. Além desse aspecto semântico há que se ressaltar ainda que o verbo “lamentar” não significa necessariamente desculpar-se. Na vida social lamenta-se por algum acontecimento que provoque pesar, dor e se trata de uma forma que demonstre respeito e consideração pelo outro. No caso abordado a situação tanto pode referir-se à situação desagradável tanto para os chineses quanto para os americanos. Em conseqüência, não haveria culpados, não haveria ofensa.

A questão semântica referida assegura que a diversidade linguística é um operador relevante nas interações verbais, pois permitem “categorizar eventos, inferir intenções e apreender expectativas sobre o que poderá ocorrer em seguida [...] e se baseiam em conhecimentos e estereótipos relativos às diferentes maneiras de falar” (GUMPERZ: 2002, 150).

## 6.5

### Líder opositorista a Chávez pede desculpas

Neste evento, cuja reportagem completa se encontra nos anexos, há a inclusão de uma terceira parte que não foi o responsável pela ofensa, mas avoca para si a responsabilidade de preservar a face do país.

O ato teve origem na declaração do presidente venezuelano, conforme o relato:

O senhor Chávez tentou – de maneira desrespeitosa e sem consideração – desqualificar Sua Santidade, por haver dito no Brasil que na Evangelização da América não houve “imposição”. Em resposta, Chávez afirmou que não somente houve imposição, como genocídio”.

Dentro do princípio da polidez positiva, o líder opositorista expressa o pedido de desculpas, numa tentativa de preservar a própria face e a de outros participantes, no caso o povo venezuelano. Ocorre uma inversão de papéis costumeiros nas relações diplomáticas por declarações de um país sobre o outro, e consideradas ofensivas, que obriga a necessidade de desculpas no modo Nação para Nação.

A inclusão na modalidade de desculpas entre países soaria aparentemente inadequada, pois o papa não é político *stricto sensu*. Entretanto deve ser levado em conta sua influência política reconhecida internacionalmente, conforme já mencionado anteriormente. A imagem positiva do país é preservada, por se manifestar favorável à linha religiosa da igreja católica, mas o missivista não aceita a linha do presidente, ao contrário, procura dissociá-lo da imagem do país, considerando que as declarações ofensivas são de caráter individual. Ao desqualificá-lo, gera-se outra ofensa de caráter interno.

Tenho a honra de escrever-lhe para oferecer minhas mais sinceras desculpas – em nome de milhões de venezuelanos – pelas declarações que o senhor Hugo Chávez Frías emitiu ontem, contra Sua Santidade e contra a Igreja Católica.

Sua Santidade: as desqualificações lançadas ontem pelo senhor Chávez são de caráter individual, e não representam o sentimento do povo venezuelano que se mantém fiel a seu Pontificado.

A interação é toda mediada pela terceira parte, pois além de pedir desculpas não por delegação, ainda estabelece o confronto ideológico, como se houvesse na afirmação do Papa sentido de contestação às políticas de Chávez, conforme se deduz do fragmento abaixo. O líder deprecia o projeto político de Chávez e inclui nesse movimento governos latino-americanos de esquerda.

O projeto político de Chávez – assim como os de Fidel Castro, Evo Morales e demais membros do Foro de São Paulo – está fundamentado na luta de classes marxista que, segundo ele, começa com o enfrentamento entre índios oprimidos e conquistadores opressores. Sua Santidade deixou sem sustentação sua [de Chávez] tese, quando afirmou que os indígenas esperavam por Cristo – o Deus desconhecido de seus antepassados – mesmo antes da Evangelização.

O falante nessa interação demonstra a habilidade social que se espera de seus membros: que tenham conhecimento de como se processa a elaboração da face. A esse processo, define Goffman (1980) como diplomacia (*savoir-faire*).

## 6.6

### O caso da brasileira na Suíça

O dado a seguir se refere ao incidente da brasileira Paula na Suíça, que inicialmente revelou ter sido atacada por *skinheads* neonazistas. Os detalhes podem ser verificados na reportagem completa nos anexos bem como as fontes, e os fragmentos objetos de análise vêm destacados a seguir.

O fato comporta uma série de movimentos:

Carta Capital 13/2/2009

Na noite de 10 de fevereiro, a brasileira Paula Oliveira, que reside e trabalha legalmente na Suíça e é companheira de um suíço, foi atacada por três homens com as cabeças raspadas, vestidos de preto, ao descer do trem em Dübendorf, na periferia de Zurique. Eles a espancaram, inscreveram-lhe na barriga e nas pernas, com um estilete, a sigla SVP (iniciais em alemão do neofascista Partido do Povo Suíço, em francês Union Démocratique du Centre – UDP) e a deixaram seminua em um bosque deserto. Paula, grávida de três meses, perdeu as gêmeas e permanece hospitalizada.

Folha online 13/2

Na quarta-feira 18, a Promotoria Pública de Justiça de Zurique indiciou a brasileira Paula Oliveira por “suspeita de induzir autoridades a erro”. O passaporte da advogada foi bloqueado e, até que a apuração termine, ela não poderá deixar o país. O Partido do Povo Suíço (SVP) quer que ela pague os custos da investigação.

Os principais jornais da Suíça deste sábado (14) fazem sérias críticas ao governo e à imprensa brasileiros no caso da advogada Paula Oliveira, que disse ter sido agredida por skinheads neonazistas em Zurique no início desta semana.

A sequência demonstra que a polícia acusa a brasileira de ter montado uma farsa. A reação do Governo foi imediata. O que seria inicialmente um caso de polícia transformou-se em protocolo de Estado, e como tal foi tratada a informação.

O Governo brasileiro reage na voz do Presidente Lula e do Ministro das Relações Exteriores:

Nós não podemos aceitar nem podemos ficar calados diante de tanta violência envolvendo uma brasileira no exterior (Lula)

“É evidente que é um caso chocante. Não podemos fazer nenhum prejulgamento, mas há uma aparência evidente de xenofobia”, disse o chanceler.

Revelada a suposta farsa, muda-se a configuração do cenário, e o Brasil recebe pesadas críticas da imprensa internacional por causa da reação do governo, e o país começa a ser depreciado no exterior e acusado de que “gravidez inventada, segundo se conta”, seria artifício comum entre as brasileiras “para pressionar maridos e companheiros”. A crítica também não se apoia em fatos, pois o jornal generaliza como rumores: “segundo se conta”, e ao empregar a expressão no condicional a respeito do comportamento da mulher brasileira: “seria artifício comum” com interesses excusos “para pressionar maridos e companheiros”. Que no modelo de indiretividade de Brown & Levinson é uma hipergeneralização.

Desfeita a trama, restaria ao Brasil o pedido de desculpas, que não houve, com explicações na tentativa de isentar o Governo pela ofensa inicial.

O Chanceler Celso Amorim justifica:

Foi uma reação espontânea e um fato que tinha muita verossimilhança [...] Quando há uma situação ruim, sempre se busca um bode expiatório, que muitas vezes podem ser os imigrantes [...] É distinto quem faz isso por um objetivo qualquer de escandalizar, de criar um problema, e quem faz isso porque teve um problema psicológico, sem nenhuma intenção de ganho (Correio Braziliense, 17/2/2009).

A fala do Ministro é toda ela voltada para o sentido de minimizar os danos. Contraditório e ambíguo, a brasileira é transformada em “bode expiatório”, pela sua condição de imigrante, mas deixa nas entrelinhas a acusação à brasileira: “quem faz isso [...] teve um problema psicológico”. A indiretividade se realiza pelo emprego do pronome indefinido “quem”, eximindo-se responsabilidade de uma acusação direta à brasileira, o que violaria uma norma da obrigação diplomática de defesa de uma cidadã brasileira no exterior.

A seguir serão abordados quatro exemplos ainda envolvendo nações, mas o foco das desculpas centra-se em etnias. No primeiro caso, a questão da escravatura no encontro entre Lula e o presidente do Senegal; e no segundo, a questão dos aborígenes na Austrália; no terceiro, a ofensa de um policial brasileiro praticada contra o filho do embaixador de Togo; e no quarto a polêmica que envolveu o Papa e os muçulmanos.

## **6.7**

### **Ofensas de nações contra etnias.**

#### **6.7.1**

##### **Discurso do presidente Lula em visita ao Senegal**

Neste caso a interação se deu entre governos com olhar direcionado para a questão da escravidão imposta ao povo africano. Mesmo que se considere uma prestação de contas de um país ao outro, o pedido de desculpas mira as populações que sofreram com a escravidão.

Os fragmentos que serão objeto de análise são transcritos do discurso de Lula a seguir. O texto completo se encontra no anexo respectivo.

O senhor sabe, Presidente, que quando resolvemos transformar a África num continente prioritário da nossa ação política, dentre as coisas que tínhamos na cabeça e que definiu a nossa estratégia de política internacional, não foi apenas

fazer negócios, foi, sobretudo, uma estratégia de um dirigente político que tem consciência da dívida histórica que temos com o continente africano.

[...] o valor histórico da passagem dos negros pelo Brasil, condenando tudo que tenhamos que condenar, o resultado para o Brasil foi da criatividade extraordinária do povo brasileiro e uma miscigenação que criou um povo extraordinariamente bonito.

Eu queria dizer, presidente Wade, ao povo do Senegal e ao povo da África, que não tenho nenhuma responsabilidade pelo que aconteceu no século XVIII, no século XVI, XVII, mas eu penso que é uma boa política dizer ao povo do Senegal e ao povo da África: Perdão pelo que fizemos aos negros.

O movimento inicial de Lula é uma forma de intensificar o interesse pelo outro como estratégia de polidez positiva e uma tentativa de reforçar uma imagem positiva de si próprio como governante, pois ressalta a agenda positiva do seu governo, que priorizou na sua visita o resgate histórico da estigmatização a que foi submetido o povo africano, além de apontar para o resgate da dívida histórica. Acentua mais ainda a intensificação da autoimagem de governante por não se tratar de uma política de circunstância, pois de acordo com ele, isso é estratégia da política internacional do seu governo. Pelo tom retórico de seu discurso, o dado sugere uma representação típica do que Goffman define quando “Os atores podem ser sinceros – ou insinceros, mas sinceramente convencidos de sua sinceridade” (1980: p. 70).

Registra-se ainda polidez positiva do presidente brasileiro na sua manifestação de aprovação e simpatia pelo outro quando ressalta a influência sobre a criatividade e a beleza do brasileiro resultado da natural miscigenação decorrente do contato inter-racial.

Como complemento, no pedido de desculpas o presidente brasileiro usa de estratégia de polidez positiva ao empregar o pronome “eu” como condição preparatória em “não tenho nenhuma responsabilidade pelo que aconteceu” e a desculpa explícita derivar para o “nós”: “Perdão pelo que fizemos aos negros” em que o eu se dilui no coletivo.

### 6.7.2

#### **Pedidos de desculpas da Austrália aos aborígenes**

O dado se refere a pedido de desculpas a etnias, que diferentemente do dado anterior é de forma direta, pois se circunscreve ao interior do próprio país. É o reconhecimento do primeiro-ministro australiano dos danos causados aos aborígenes, conforme se depreende dos fragmentos abaixo.

Sob essas políticas, adotadas durante seis décadas até aos anos 70, cerca de 100 mil crianças aborígenes e miscigenadas foram tiradas à força de suas famílias, formando as chamadas “gerações roubadas”.

Hoje honramos os povos indígenas destas terras – disse Rudd. Refletimos, em particular, sobre os maus tratos àqueles que pertenceram às “gerações roubadas”, este capítulo manchado da história de nossa nação.

Às mães e aos pais, aos irmãos e às irmãs, pela ruptura das famílias e comunidades, pedimos perdão. Pela indignidade, a degradação assim infligida a um povo orgulhoso e a uma cultura orgulhosa, pedimos perdão – disse Rudd.

Conforme já ressaltado neste trabalho, na sociedade moderna tornou-se compulsória a preservação dos direitos humanos, o reconhecimento da existência dos diferentes, o reconhecimento dos seus direitos e, por decorrência, o reconhecimento dos danos de qualquer natureza causados a eles com vistas à inserção social das minorias, as “gerações roubadas”, do Primeiro-Ministro australiano.

O que se percebe desse dado é a fórmula canônica empregada pela autoridade australiana na expressão do reconhecimento das ofensas causadas historicamente contra os aborígenes, diferindo do exemplo anterior, o discurso de Lula, na estratégia empregada, mas semelhante no conteúdo. Sua fala é protocolar ao formular o pedido de desculpas, sempre reconhecendo o valor positivo das comunidades constituídas de um “povo orgulhoso e de um “cultura orgulhosa”.

Nesse exemplo a função pública segue rigorosamente o ritual da fachada da representatividade que é “toda atividade de um indivíduo que se passa num período caracterizado por sua presença contínua diante de um grupo particular de observadores e que tem sobre estes alguma influência” (GOFFMAN, 29). Vem sintetizada na fórmula: reconhece a ofensa, oferece o reparo por meio de desculpas protocolares.

Sob a perspectiva do protocolo, apenas como citação, vale também mencionar a mesma estratégia do Primeiro-Ministro Tony Blair ao expressar as desculpas ao governo brasileiro pela morte do brasileiro Jean Charles confundido pela polícia como terrorista: “oferecemos nosso mais profundo pedido de desculpas à família de Menezes por este trágico fato, eu, certamente, asseguro ao presidente que haverá uma investigação, com a diferença que houve a recusa explícita da família: “Não as aceitamos num primeiro momento e não as aceitaremos nunca. Não podemos aceitá-las”<sup>6</sup>.

### 6.7.3

#### **Senadora Benedita da Silva pede desculpas**

O fato envolve o policial, um agente público, e Panawe, filho do diplomata da embaixada do Togo, que é abordado e ofendido pelo policial. O discurso da senadora foi pronunciado no Senado denunciando o preconceito. Muda o cenário do evento com a presença da senadora como terceira parte.

Como representante dos cidadãos, assume a responsabilidade pela ofensa, invocando os direitos humanos: "os direitos humanos são os direitos de todos e devem ser protegidos em todos os Estados e nações." O ofendido é um indivíduo, entretanto o pedido de desculpas se move para o cenário institucional, pois o jovem é filho de embaixador, e a ofensa passa a ser desrespeito ao país de origem do jovem, ficando em segundo plano o evento inicial de ofensa individual, conforme se depreende da fala do policial: “Teu lugar não é aqui. Volta para a África, palhaço. Lá estão morrendo de fome”. A ofensa do policial aponta para face negativa do indivíduo contida na expressão “palhaço” e do país, pela força ilocutória do advérbio “lá”.

Em ambas as manifestações as expressões se localizam no enquadre do preconceito e a inclusão da senadora no evento determina uma ação política que oferece o reparo pela tentativa de construir uma imagem positiva do Brasil: “O nosso país é hospitaleiro”, como resultado de uma ação política estruturada em um espaço institucional, contida na sua elocução “Gostaria de fazer, desta

---

<sup>6</sup> [www.brazuka.info/noticias/news.php/Brasil/8/2006-03-09](http://www.brazuka.info/noticias/news.php/Brasil/8/2006-03-09)

tribuna”, sendo a ação finalizada em função de um objetivo que permite a uma comunidade tomar decisões coletivas, uma vez que seria movida por um ‘querer viver junto’. Na condição de representante legitimada o país se torna o ofensor, portanto o responsável pela ofensa e passa a gerenciar o evento pela princípio da regulação ao invocar a lei internacional dos direitos humanos, conforme se comprova no fragmento abaixo.

Gostaria de fazer, desta tribuna, um pedido de desculpas para a Embaixada do Togo, para esse jovem negro, para esse cidadão estrangeiro, que está numa terra democrática e hospitaleira. O nosso País é democrático e é hospitaleiro e não aceitamos esse tipo de tratamento.

"os direitos humanos são os direitos de todos e devem ser protegidos em todos os Estados e nações."

Entra em jogo uma questão cultural e uma diplomática. A cultural provém da necessidade de o pedido de desculpas evidenciar uma característica do brasileiro, que é a hospitalidade, por isso o jovem é merecedor da atenção. A fala da senadora intensifica a sua indignação na tentativa de construir uma imagem positiva do país por meio da polidez negativa: “não aceitamos esse tipo de tratamento”, no sentido de acentuar que a atitude do policial não tem guarida na sociedade brasileira. A diplomática, em razão do tratamento diferenciado que normalmente é prestado ao representante de outro país, e por extensão aos que a ele estão vinculados por laços familiares.

#### **6.7.4**

#### **Bento XVI ofende muçulmanos**

O papa Bento XVI fez declarações polêmicas durante uma visita à Alemanha ao falar de guerra santa. Citando Manuel II, imperador cristão ortodoxo da Idade Média, disse: "Mostre-me tudo o que Maomé trouxe de novidade, e encontrarás apenas coisas más e desumanas, como sua ordem de espalhar com a espada a fé que ele pregava". Devido à repercussão negativa de sua declaração, o pontífice se retratou afirmando que a opinião havia sido expressa há mais de seis séculos, e conclui: "Eu espero que isso sirva para acalmar os corações e esclarecer

o verdadeiro significado do meu discurso, que era e é em sua totalidade um convite para um diálogo sincero e franco, com respeito mútuo", disse o religioso.

O movimento ofensa/reparação se concretiza, entretanto o Papa na sua estratégia de reparação excusa-se da responsabilidade alegando ter empregado palavras escritas há seis séculos. Deve ser levado em consideração que, ao usar palavras de outros, o autor assume implicitamente o conteúdo do enunciado. Torna-se coautor da ideia contida nas palavras, mas o Papa nega a coautoria num movimento descrito por Goffman (88) de alguém “sob a influência de outra pessoa e não agindo por si mesmo”

A explicação do pontífice se reveste de uma estratégia de neutralização do ato potencialmente ofensivo (GOFFMAN: 86), e seu pedido de desculpa não caracteriza uma forma de arrependimento, mas um mecanismo de acalmar corações. Nega claramente a ofensa agindo como não tendo cometido um ato ofensivo. E ao recorrer à estratégia da citação como forma de reparo transfere a responsabilidade para outro. Como forma de salvaguardar a própria face conduz o evento como se fosse um incidente ou um mal-entendido.

A situação aqui apresentada levanta uma questão sobre se o pedido de desculpas se enquadraria na modalidade Sujeito-singular para Sujeito-coletivo – *One to many* no modelo de Tavuchis. Nessa perspectiva a ofensa seria praticada proveniente de um visão particular do pontífice e não afetaria a representatividade de líder da igreja católica.

Por outro lado deve ser considerado que no contexto das ofensas públicas a reação à ofensa define a natureza do problema. São ilustrativas as reações de líderes muçulmanos, conforme se segue.

Charges ofensivas e declarações de políticos sobre o Islã são diferentes elos na conspiração dos cruzados, e as declarações do papa são os mais recentes elos (nesta conspiração).

Khamenei disse que “não espera nada” do presidente americano, George W. Bush, mas que, vindos de “uma grande autoridade cristã”, esses comentários “são muito lamentáveis”.

“Clérigos europeus costumavam dizer essas coisas sobre o Islã – nós imaginávamos que esse tipo de expressões tivesse acabado nos tempos atuais”, acrescentou o líder supremo do Irã.

Além de Khamenei, outras lideranças muçulmanas criticaram as declarações do papa, que continuam causando protestos em partes do mundo islâmico ([www.correioweb.com.br](http://www.correioweb.com.br) - 18/9/2006)

Pela dimensão das reações, o problema se situa na relação entre instituições, o que justifica seu enquadramento no modo *Many to many*, reforçado pela forma como a declaração foi recebida no mundo muçulmano de “uma grande autoridade cristã”.

Em seguida serão analisados dados em que a ofensa é praticada por agente público no exercício das suas funções ainda na modalidade de sujeito-coletivo contra outro coletivo. Conforme já referido anteriormente, e de acordo com a concepção adotada nesta dissertação, o ato danoso ao outro não é de natureza individual, mas funcional com exigências coletivas.

## 6.8

### Deslizes verbais e outros atos do ente público

#### 6.8.1

##### O ato de Ricupero

O primeiro exemplo envolve o Ministro da Fazenda Rubens Ricupero na época do Governo Itamar Franco, por ter dito fora do ar ao seu entrevistador de que o que é bom se divulga, o que não é bom se esconde. Captada sua fala por antenas parabólicas, o público tomou conhecimento do fato. Como consequência se sente coagido a prestar explicações e pedir desculpas: “Sei que devo uma explicação aos brasileiros que me honraram com a sua confiança. Fui vítima de uma falha eletrônica. Estava exausto”.

Evidencia-se a assunção de culpa de forma indireta assumindo uma autoimagem negativa, mas desvia o foco de si mesmo e atribui o problema à falha eletrônica, e o cansaço atenua seu ato no intuito de construir uma imagem positiva minimizando o dano.

Assumo inteira responsabilidade por aquele momento de fraqueza que me levou a dizer palavras que não refletem o que penso ou o que sinto. Em alguns comentários nem eu mesmo me reconheço. Posso ter dito coisas irrefletidas, mas estou seguro de que na minha gestão não fiz nada de errado

Numa dupla definição de si mesmo, assume implicitamente sua responsabilidade, mas nega o erro numa tentativa de controlar o fluxo dos eventos

quando entra em uma situação em que há uma face a manter. Mesmo sendo homem público, o que ele tenta preservar e privilegiar é a condição de ser moral e religioso:

deixei de me conduzir de acordo com princípios éticos e religiosos que sempre pautaram a minha vida particular e pública”.

tudo o que sinto nesta hora, é do livro de Jô, quando o grande sofredor diz: “O Senhor deu, o Senhor tirou. Bendito seja o nome do Senhor

Sente-se vulnerável e sob pressão moral (TAVUCHIS, 70) evidenciando fragilidade, ambiguidade e contradições numa expressão pontuada por evasivas, pois reivindica uma face positiva, pois mesmo assumindo o erro, hipergeneraliza ao apelar para a condição humana, e a função pública fica em segundo plano.

Do que aconteceu, retiro contudo uma lição de humildade. Ao contrário do que o apoio popular sugere, sou um ser humano como qualquer outro, com as mesmas limitações e defeitos, com os seus momentos de fraqueza. E por isso mesmo, não hesito em pedir desculpas pelo erro.

Sua forma de expressão conduz às noções de orgulho, honra e dignidade, que não se referem ao exercício do cargo, mas a princípios e valores humanos, conforme conceitua Goffman (80).

Quando uma pessoa manifesta tais compunções primariamente como um dever consigo mesma, fala-se de orgulho. Quando a pessoa o faz por um dever a unidades sociais mais amplas, e recebe apoio de tais unidades, ao fazê-lo, fala-se de honra. Quando essas compunções se ligam a coisas posturais, como eventos expressivos derivados do modo pelo qual a pessoa maneja o próprio, suas emoções e as coisas com as quais tem contato físico, fala-se de dignidade (id. 80).

## 6.8.2

### **José Graziano ofende nordestinos**

Os fragmentos destacados foram extraídos do pronunciamento do ministro Extraordinário da Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano em que afirmou: “se eles (migrantes) continuarem vindo pra cá, nós vamos ter de continuar andando de carro blindado”. De forma indireta acusou os nordestinos de serem responsáveis pelo incremento da violência em São Paulo colocando em evidência a “face sustentada” (GOFFMAN; 77) no inconsciente coletivo dos

estados desenvolvidos de que migrantes, principalmente os nordestinos, formam um segmento estigmatizado, potencial gerador de violência, e essa imagem negativa é reforçada em suas próprias justificativas de que “Atropelados por um desenvolvimento que [os] expulsa do campo [...] mas não gera vagas nas cidades [...] não raro desemboca nas favelas das periferias metropolitanas”.

O ministro emprega a estratégia da polidez negativa (BROWN & LEVINSON) sendo evasivo por meio de argumentos geoeconômicos e sociais, pois alega que sua fala foi no sentido de estimular os empresários de São Paulo a investirem nos pequenos municípios do semiárido nordestino considerando que “essa energia fosse canalizada para o verdadeiro desafio [...] o da reconstrução do Brasil”. Reforça a ideia de que um país continental e heterogêneo “só escapa à fragmentação desagregadora, e consegue compatibilizar interesses regionais, se for pensado em seu conjunto por meio de políticas públicas que atendam aos interesses da maioria”.

No texto, Graziano ainda sugere que sua intenção era de ressaltar a importância de investimentos no Nordeste, a necessidade de criação de empregos na região e a geração de cidadania. Sua retórica entra em confronto com os princípios da polidez e da cooperação (LOCHER: 61): i) da Quantidade – o princípio da informatividade. O papel do falante é contribuir na extensão que o intercâmbio comunicacional exige, não fornecer informações além do necessário; ii) da Relação – Ser relevante. Para o contexto em que se deu o evento, as informações de que se serviu seriam irrelevantes e se desviaram do foco; e iii) do Modo – ser breve. Conforme se depreende da análise apresentada.

Como estratégia no reparo dos danos, o ministro minimiza por meio de enunciados linguísticos reforçados pelos modos verbais – de condicionalidade (destacada nos fragmentos) – e sentenças em que não assume a responsabilidade direta:

- “expressei-me de forma ligeira e infeliz”;
- “**poderia haver** uma relação entre a migração de nordestinos e a violência”;
- “a frase foi sensacionalisticamente veiculada”;
- “a partir de uma frase – repito, mal formulada”;

- “**Gostaria** de pedir um favor particularmente aos que particularmente justamente se indignaram”;
- “Era essa a mensagem que **gostaria** de ter deixado”.

O locutor foi incisivamente direto em buscar a preservação da autoimagem e isentar-se de culpa afirmando: “Uma conexão que não comungo, repudio e pela qual já pedi desculpas e estou disposto a fazê-lo tantas quantas forem necessário”. Uma estratégia de preservação no sentido de “controlar seu embaraço” – *aplomb* (GOFFMAN: 83), se percebe na força ilocucionária da forma verbal “repudio”, levando ao entendimento de não ser o responsável pela ofensa, e que se não houvesse a exploração sensacionalista da imprensa, o evento não existiria. E ao mesmo tempo aponta para a face positiva dos nordestinos, taxando-os de “bravos e ardorosos sertanejos”.

### 6.8.3

#### Ato de desculpas de dirigente do PT

##### **Executiva do PT aprova texto com desculpas à nação**

As novas denúncias relacionadas com financiamento paralelo de campanhas eleitorais, que envolvem diretamente o Partido dos Trabalhadores e sem o conhecimento de suas instâncias formais, demonstram, mais uma vez, a necessidade de que o PT continue reunindo informações para a apuração de responsabilidades e de aplicação de punições exemplares. A Executiva Nacional do PT, na sua composição atual, afirma que desconhece tais operações e ainda mais, que desconhece se mais fatos dessa natureza virão à tona. O Partido, com esta resolução, faz o seu **primeiro pedido de desculpas à Nação**, pois os atos que nos comprometem, moral e politicamente perante os brasileiros, foram cometidos por dirigentes do PT, sem o conhecimento de suas instâncias. Quando tivermos um quadro completo das responsabilidades, como as já assumidas pelo nosso ex tesoureiro, elas serão amplamente divulgadas à sociedade brasileira.

“Tais atos criaram uma situação de constrangimento para o PT e para o nosso governo. É impossível avaliar, neste momento, a profundidade e a gravidade de tais danos. Estamos recompondo nossa vida interna, reorganizando as nossas estruturas administrativas e procurando responder à crise política para defender a continuidade com normalidade do governo Lula. Ao Presidente, o PT manifesta a sua confiança e a disposição de defender o seu mandato, que já consolidou importantes conquistas para o povo brasileiro, recuperando a economia e a geração de empregos num país que estava à beira do desastre”

[www.colin.blogger.com.br/2005\\_08\\_01\\_archive.html](http://www.colin.blogger.com.br/2005_08_01_archive.html) - **Disponível em 17/8/2005.**

Acesso em 24/2/2005

Nesse exemplo fica clara a tendência da direção executiva em se distanciar da acusação de práticas ilegais em campanhas eleitorais que ocorreram “sem o

conhecimento de suas instâncias formais”, e num movimento de polidez negativa expõe seu constrangimento, sua face envergonhada pelos acontecimentos. É empregada a estratégia de mostrar que o tesoureiro do partido “está fora da face”.

No discurso politicamente correto presente na nota do PT, a acusação fica esmaecida pela expressão “instâncias formais”, de acordo com critério da Indiretividade – ser vago – de Brown & Levinson. Na organização partidária brasileira a direção executiva é a instância maior, e formal, e há o reconhecimento da ofensa: “pois os atos que nos comprometem, moral e politicamente perante os brasileiros, foram cometidos por dirigentes do PT”, e ressalva que ocorreu sem o “conhecimento de suas instâncias formais”.

O discurso politicamente correto se reforça pela procura do partido em manter uma imagem positiva de si mesmo: “Estamos recompondo nossa vida interna, reorganizando nossas estruturas administrativas e procurando responder à crise política para defender a continuidade com normalidade do governo Lula”. Tal perspectiva se encaixa na definição de Goffman de que a face não é algo interno ou externo ao indivíduo, mas se localiza no fluxo dos eventos (GOFFMAN: 78), o que a Pragmática define como uma situação extralinguística em que se combinam a forma da expressão, no caso uma nota oficial, e o tipo de situação da ocorrência (AIJMER: 80).

#### 6.8.4

##### **Prefeito de São Paulo ofende cidadão**

O prefeito Gilberto Kassab (de São Paulo, pediu de novo desculpa por ter corrido como animal doido atrás de um cidadão, xingando-o de “vagabundo, vagabundo, vagabundo”. Desta vez, a desculpa foi por escrito, num artigo na Folha de S.Paulo de hoje

Escreveu o prefeito:

*Errei, me excedi. Perdi a cabeça. Não tenho sangue de barata e reajo, às vezes, como muitos reagiriam. Não tinha o direito de perder a calma, e perdi. Foi um acidente. Mas nada o justifica. Mostrei-me como não sou. No dia seguinte, pedi desculpas. Não tenho problemas em reconhecer um erro. Faço-o novamente agora, por escrito. Peço desculpas ao senhor Kaiser, à cidade e aos brasileiros. Faço-o de coração aberto.*

blog.estadao.com.br – acesso em 21/2/2008

Nesse exemplo, o prefeito de São Paulo apresenta uma dupla face. A primeira categoriza um indivíduo que reage intempestivamente ante uma situação conflituosa: “Não tenho sangue de barata e reajo, às vezes, como muitos

reagiriam”, mas não é esse o seu perfil, pois em seguida ameniza a autoavaliação negativa e mostra outra face: “Mostrei-me como não sou”. Expõe a sua condição de cidadão reivindicando para si mesmo uma imagem positiva. Ao pedir desculpas, acredita que ofendeu e assume a responsabilidade.

Entretanto o que seria normalmente considerado polidez ante uma quebra das normas sociais de civilidade pela agressividade continuada do termo “vagabundo”, no sentido de recompor o princípio da harmonia, o pedido de desculpas revela uma preocupação maior do que a manutenção das normas de civilidade. Inicialmente o prefeito dirige-se a Kaiser, que se manifestou criticamente num ato público de inauguração da AMA (Assistência Médica Ambulatorial) Pereira Barreto, na região de Pirituba (zona norte) (Folha online, 6/2/2007), generalizou para “cidade e os brasileiros”. A imagem pública do político se sobreleva à do cidadão, e a preservação da face do cidadão Kassab, deselegante e grosseiro na linguagem, fica em segundo plano. E como é próprio do discurso politicamente correto, tenta preservar a imagem do homem público ao direcionar as desculpas em polidez positiva “à cidade e aos brasileiros” de forma sentimental apontando para face positiva de si mesmo: “Faço-o de coração aberto”.

### **6.8.5**

#### **O ato do Assessor da Presidência**

O exemplo a ser analisado a seguir decorreu do gesto do Assessor Especial do Presidente da República, Marco Aurélio Garcia, flagrado fazendo gestos obscenos num momento em que a população estava traumatizada pelo acidente da TAM no aeroporto de Congonhas, conforme se comprova nos fragmentos.

O assessor especial do Presidente da República, Marco Aurélio Garcia, divulgou um comunicado no qual “pede desculpas aos que possam sentir-se atingidos” pela atitude que teve ao tomar conhecimento, pela televisão, de que havia indícios de falha mecânica no Airbus da TAM, que se chocou com o prédio da empresa na última terça-feira, em Congonhas, causando a morte de mais de 180 pessoas.

[...]

Garcia foi filmado pela Rede Globo, [...] em seu gabinete no Palácio do Planalto, fazendo gestos obscenos após assistir a uma reportagem na televisão.

[...]

O sentimento que extravasei em privado foi e é de repúdio àqueles que trataram sordidamente de aproveitar a comoção que o país vive para insistir na postura partidária de oposição sistemática a um governo duas vezes eleito pela imensa maioria do povo brasileiro. Aos que possam ainda assim sentir-se atingidos pela minha atitude, apresento minhas desculpas.

A ofensa nesse caso foi por meio de um ato não-verbal do assessor da Presidência, e os gestos obscenos simbolizavam um desabafo ante a possibilidade de o acidente ter sido provocado por falhas mecânicas, o que isentava o governo de culpa por deficiências operacionais do aeroporto de Congonhas.

Na nota o assessor minimiza os danos considerando que a indignação contra seu comportamento não atingia a todos, apenas aos que se sentiram atingidos. O movimento se desvia para os que, segundo ele, “trataram sordidamente de aproveitar a comoção que o país vive”. Produz nova ofensa.

Com base nas categorias de Trosborg, o que se deduz da situação é que o assessor usa da estratégia de garantir ou forçar inocência pela acusação que lhe é imputada pela recusa explícita da responsabilidade. Presente também a recusa implícita desviando-se do assunto, que teve origem no acidente, e atacando o reclamante. As suas justificativas se voltam contra estes, identificados como os que exerciam oposição partidária ao governo que ele representa.

O ato de ameaça à face do interlocutor é um mecanismo de preservação da face da “imensa maioria do povo brasileiro” e indiretamente do governo que foi eleito duas vezes por essa maioria.

### **6.8.6**

#### **Deslize de Marta Suplicy**

No auge da crise da movimentação de passageiros nos aeroportos, a Ministra do Turismo, Marta Suplicy, deu a seguinte declaração: “Relaxa e goza. Depois a gente esquece os transtornos”. Havia sido interpelada pelos jornalistas sobre o que teria a dizer aos que enfrentavam problemas para viajar. Devido à repercussão negativa, emitiu uma nota oficial.

Íntegra da nota:

Quero pedir desculpas aos turistas e a todos os brasileiros pela frase infeliz que proferi hoje, ao término de uma entrevista coletiva. **Não tive por intenção desdenhar**, muito menos minimizar os transtornos que estão sendo enfrentados pelos usuários do transporte aéreo. Eu mesma tenho passado por essa situação, quando viajo. Minha intenção foi dizer aos jornalistas e à população que viajar vale a pena, mesmo que os problemas nos aeroportos demorem um pouco mais, apesar de todo o empenho do Governo Federal para agilizar as soluções. Estamos trabalhando no Ministério do Turismo para fortalecer o turismo interno e para receber cada dia melhor o turista estrangeiro.

g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,MUL51693-5601,00.html – Disponível em 13/6/2007. Acessado em 4/2/2008

A postura da ministra não foge ao padrão tradicional de funcionários do governo flagrados em deslizes verbais de sempre minimizar a ofensa e protocolarmente se desculpar desqualificando os reclamantes, como no exemplo anterior analisado, ou negando a avaliação depreciativa do fato. Esta foi a estratégia da ministra. Reconhece que foi infeliz, mas o objetivo foi outro. Nas suas explicações, transforma a ofensa direta num enunciado indireto com o sentido de que viajar é uma forma de compensação pelas dificuldades nos aeroportos.

Searle (2002: 49) define que a dificuldade dos atos de fala indiretos é saber como o ouvinte interpreta a significação quando a sentença significa algo mais em seu conteúdo proposicional e nas condições de sinceridade em que foi proferida. Na realidade, o que a ministra fez foi no sentido de preservar a sua imagem, a sua reputação como participante. A “frase infeliz”, como ela mesma definiu, caracterizou-se uma gafe, com base no conceito de Goffman (1908: 84). A ofensa foi impensada ou não-intencional por meio de uma ação não planejada, que provavelmente teria evitado caso tivesse previsto suas consequências.

## 6.9

### One to many

Nesta seção serão abordados os atos ofensivos praticados por sujeito-singular contra sujeito-coletivo

### 6.9.1

#### Lider liberal pede desculpas aos judeus

O fato se refere ao debate entre o Jürgen Möllemann, vice-presidente dos liberais, em que acusa o vice-presidente do Conselho Central dos Judeus como um dos responsáveis pelo aumento do sentimento antissemita, por declarações a favor de Israel no conflito com os palestinos. Estabelecido o conflito, Möllemann desculpou-se conforme se relata na reportagem, contida no anexo respectivo.

O vice-presidente dos liberais, deputado Jürgen Mölleman, pediu desculpa aos judeus (...) por ter dito que o vice-presidente do Conselho, Michel Friedman, é co-responsável pelo aumento do ressentimento anti-semita com suas declarações em defesa da Israel no conflito com os palestinos.

Judeu bate na mão estendida?

Poucas horas após o gesto de reconciliação, Möllemann esclareceu: "O meu pedido de desculpa foi para os cidadãos judeus, mas não para Friedman. "Eu não gosto de gente que bate quando se estende a mão." E xingou o jornalista judeu de arrogante, agressivo e insuportável.

A desculpa é um movimento para reparar ofensas. De acordo com Goffman, para cada movimento corretivo pode ou não haver o perdão, o que significa uma nova ofensa. O processo corretivo corresponde a um ritual, e os atos contêm um componente simbólico, por meio do qual "o ator mostra o quanto é merecedor de respeito e o quanto, para ele, os outros o são". E complementa que a face é sagrada, em consequência disso "a ordem expressiva para sustentá-la é, portanto, ritual". (1980: 87).

Mesmo havendo a desculpa explicitamente, o equilíbrio não foi restaurado entre os interlocutores além de haver nova ofensa, pois o pedido apontou para os cidadãos judeus, e Friedman é excluído. Entre os dois interlocutores não houve intercâmbio, na concepção de Goffman (87), pela recusa explícita de excluir um dos envolvidos no evento, não se concretizando o restabelecimento do equilíbrio.

### 6.9.2

#### Bispo ofende judeus

O exemplo a ser abordado a seguir trata da situação criada pelo bispo Richard Willianson, que também comporta uma série de desdobramentos. A

situação originou-se de um decreto papal revogando a pena de excomunhão do Bispo, que fazia parte de uma cisão da Igreja Católica. Willianson negara o fato de judeus terem morrido na câmara de gás, conforme se atesta:

Willianson provocou ultraje ao dizer que não existiam câmaras de gás nos campos de concentração nazistas e que os judeus mortos no Holocausto não passaram de 300 mil - e não os 6 milhões citados pelos historiadores (O Globo, 27/2/2009)

O fato gerou repercussão negativa saindo da esfera do direito canônico e transformando-se em questão diplomática, pois na Alemanha e negação do holocausto é considerada crime.

O Papa exigiu a retratação. O Bispo o fez e pediu desculpas, mas seu pedido foi rejeitado inclusive pelo próprio Papa, sob a alegação de que não satisfazia as exigências da Santa Sé, pois na visão da Igreja o documento "não é dirigido nem ao Papa nem à Comissão Eclesiástica, e parece não respeitar as condições impostas pela Secretaria de Estado". Líderes judeus e comunidades judaicas também exigiram a retratação e o pedido de desculpas.

O bispo expressa suas desculpas por meio de uma carta endereçada ao Cardeal. Entre suas afirmações destacam-se:

A Sua Eminência, Cardeal Castrillón Hoyos  
Vossa Eminência,

No meio desta tremenda tempestade da mídia ensejada por observações imprudentes feitas por mim na televisão Sueca, imploro a V. Ema. que aceite, enquanto é devidamente respeitoso, meu sincero pesar por ter causado a V. Ema. e ao Santo Padre tantas aflições e problemas desnecessários.

Quanto a mim, tudo o que importa é a Verdade Encarnada,  
"A todas as almas que ficaram honestamente escandalizadas pelo que eu disse, ante Deus, lhes peço perdão

"Posso verdadeiramente dizer que lamento ter feito tais comentários, e que se eu soubesse de antemão o total dano e dor que eles provocariam, especialmente à Igreja, mas também aos sobreviventes e parentes de vítimas das injustiças do Terceiro Reich, eu não os teria feito",

Tenho apenas um comentário, do profeta Jonas, I, 12:  
"Tomai-me, disse Jonas, e lançai-me às águas, e o mar se acalmará. Reconheço que sou eu a causa desta terrível tempestade que vos sobreveio".

Por favor também aceite, e transmita ao Santo Padre, meus sinceros agradecimentos pessoais pelo documento assinado na última Quarta-Feira e tornado público no sábado. O mais humildemente possível [*most humbly*], eu irei oferecer uma missa para ambos.

Sinceramente vosso em Cristo,

+ Richard Williamson

<http://januacoeli.wordpress.com/2009/01/30/carta-de-dom-williamson/>

Nas estratégias do bispo, conforme o modelo de Brown & Levinson, foi empregado o princípio de polidez positiva em mostrar interesse e conhecimento pelos desejos e necessidades do outro, no caso o Papa e o Cardeal, além de expressar a aprovação e simpatia, visto que seu documento se apoia na exigência da Santa Sé e oferece como oferenda uma missa ao Cardeal e ao Papa, como forma corretiva do dano.

Pelo princípio da polidez negativa foi convencionalmente indireto e evasivo por querer restaurar a “Verdade encarnada” e mostrar compunção pelo dano “A todas as almas” e não aos judeus, parte diretamente interessada.

Pelo princípio da indiretividade usou de metáforas bíblicas na citação do profeta Jonas.

### 6.9.3

#### **Diretor de instituição se defende**

Em entrevista a jornal, ex-diretor da Associação dos Servidores da Fundação Educacional – Asefe (do Distrito Federal) denuncia desvios de verbas para campanhas eleitorais de políticos da esquerda. Após a divulgação o denunciante se retrata publicamente por meio de carta – cujos fragmentos são transcritos a seguir, e os detalhes completos são encontrados no anexo.

"A propósito das notícias veiculadas na mídia escrita, falada e televisada, venho perante a opinião pública prestar os seguintes esclarecimentos:

A atitude do sr. Marcos Pato foi capciosa desde o início

Por indução e canalhice do sr. Marcos Pato e a pedido do sr. Jorge Eduardo (pois nas perguntas que fazia colocava o nome das pessoas na frente), é que causaram as acusações a mim atribuídas

Antigos Diretores estão tentando jogar para a platéia, e, a culpa dos desvios (se é que houve os desvios alegados) na minha pessoa

Jamais desviei qualquer recurso da Asefe

Finalmente, reitero meu sincero pedido de desculpas aos parlamentares e demais pessoas nominadas,

O autor estabelece um padrão de atos verbais – que Goffman define como “linha” (75), e em sua fala expressa sua visão da situação e avalia os participantes. Suas explicações (*excuses*) são uma defesa, eximindo-se de culpa e responsabilizando outros componentes da diretoria da Associação pelo dano causado. Além de negar explicitamente sua responsabilidade, coloca em dúvida o fato gerador – desvio de verbas: “se é que houve os desvios alegados”.

Goffman distingue três níveis de responsabilidade ante uma ameaça à face. O primeiro é o ato inocente, não-intencional ou impensado, que são as gafes (*faux pas*). No segundo nível, o ofensor age de forma maliciosa, malévola com intenção explícita de cometer um insulto. E o terceiro refere-se a ofensas eventuais de uma ação não planejada, mas que o indivíduo pratica mesmo tendo conhecimento das consequências, sem intuítos malévolos.

Feitas essas considerações, chama a atenção o fragmento: “Antigos Diretores estão tentando jogar para a plateia, e, a culpa dos desvios (se é que houve os desvios alegados) na minha pessoa”. Sua intenção é inserir um ente, genericamente denominado de “plateia”, com a intenção de desqualificar os acusadores e o suposto ato de participação no desvio de verbas. Em uma das acepções do termo, plateia é um “espaço destinado aos espectadores em um teatro, cinema ou auditório”, conforme consta do Dicionário da Língua Portuguesa, o “Aurélio”. Figurativamente aponta para a face negativa dos outros diretores, que tudo não passa de uma peça de ficção, o que é uma forma de acentuar os intuítos malévolos dos acusadores. Isso a se levar em conta o grau de veracidade das suas palavras ao colocar em xeque o fato de não ter ocorrido desvios do dinheiro da Instituição que administra os fundos recolhidos de servidores da Secretaria de Educação do DF. Reforça a hipótese da maledicência os epítetos “capciosa” “canalhice”. Em sua manobra protetora não se mostra respeitoso nem polido.

O significado de “plateia” situa-se na intencionalidade do emissor, e se torna difícil precisar seu conteúdo proposicional, devido a sua generalidade, pois o “significado (intensão) determina a extensão (SEARLE: 2002, 279)

Nos dois últimos fragmentos ocorrem os movimentos de negação – “Jamais desviei qualquer recurso” – e de desculpas formais – “Finalmente reitero meus sinceros pedidos de desculpas aos parlamentares e demais pessoas nominadas”. Negando o fato, não há o reconhecimento da ofensa, o pedido de desculpas é formulado, mas dirigido a terceiros: os políticos mencionados como recebedores do dinheiro para financiamento da campanha eleitoral. Ratifica o evento como uma ameaça direta aos nominados, pelo respeito que merecem.

#### 6.9.4

#### **Cid Gomes pede desculpa por levar sogra em viagem oficial**

##### Fragmentos

Tomei conhecimento de que a divulgação de informações sobre a viagem que fiz à Europa em 30 de janeiro provocou grande polêmica, principalmente pelo fato de a mãe de minha esposa estar a bordo do avião. Infelizmente, isso coincidiu com um período em que estava do outro lado do mundo, na Ásia, o que impediu que eu me manifestasse prontamente. Aproveito então este momento, meu primeiro compromisso público depois da volta, **para dar as devidas satisfações** ao povo cearense, do qual sou servidor.

Em primeiro lugar, **quero pedir desculpas pelo constrangimento** que esse fato, e sua repercussão, possam ter causado. **Sempre agi de boa fé** e não me consta que tenha cometido qualquer ilegalidade com a presença de qualquer dos acompanhantes.

Finalmente, quero aproveitar que estou nesta casa para **levantar a ideia de desenvolvermos regras claras** a serem seguidas neste tipo de procedimento, já que hoje não há qualquer regulamentação a respeito (grifos nossos).

A estratégia do Governador se enquadra em dois princípios da indiretividade do modelo de Brown & Levinson: o primeiro por tentar reduzir a importância do fato de levar a sogra e acompanhantes em sua viagem ao exterior, pois não vê qualquer ilegalidade do ato, sem considerar o princípio constitucional da moralidade no exercício de uma função pública. Consuma-se a não-admissão de culpa.

Outra estratégia de indiretividade se configura no tom irônico – consentido ou não – ao reivindicar “regras claras” considerando não existir regulamentação. Ao afirmar a inexistência de princípios regulatórios, o Governador se utiliza da estratégia da dissimulação para desqualificar a repercussão do problema, pois o

mínimo que se exige de um governante é que conheça os princípios de moralidade inalienável da função de chefe de estado.

No anexo se encontra a íntegra da nota com a longa exposição das explicações ao povo cearense, e nela ressalta a apologia dos feitos do seu governo. Mas esclarecimentos (*excuses*) são relatos cuja validade ou sinceridade podem ser questionados, aceitos ou rejeitados. Diferentemente das desculpas, porque o autor invoca algo para recusar ou amenizar a responsabilidade pela ofensa. Entretanto, na prática, em algumas circunstâncias, justificativas são uma forma de desculpas (TAVUCHIS, 1991: 18-19).

### 6.9.5

#### **Pedido de desculpas do governador de Nova Iorque**

O exemplo a seguir é o relato do envolvimento do Governador de Nova Iorque em caso de prostituição. O fato gerou pedido de desculpas públicas e renúncia ao cargo.

Governador de NY usou serviço de prostituta

O governador de Nova York, Eliot Spitzer reconheceu [...] que era cliente de uma rede de prostituição. Ele reuniu os principais assessores em seu apartamento da Quinta Avenida para confessar que contratava um dos mais caros serviços de prostituição do país.

Venho a público falar de um assunto pessoal e pedir desculpas. Quero pedir desculpas primeiro a minha família e depois ao público.

Reconheço que violei minha obrigação com minha família e com os eleitores – afirmou ele. – Reconheço que violei qualquer senso de certo e errado. Não correspondi à confiança que depositaram em mim e nem aos padrões que eu havia proposto para mim. Agora preciso dedicar algum tempo a recuperar a confiança da minha família. Ele é casado há 21 anos, tem três filhas com idades entre 13 e 18 anos.

O Globo, 21 mar. 2008.

O Governador assume explicitamente a responsabilidade pela ofensa praticada. Sua fala não se limita à frieza protocolar de nota oficial, muito comum em políticos quando flagrados em deslizes. No conceito de Goffman, manifesta sentimento de orgulho que é primariamente manifestado como um dever consigo mesmo (1980: 80): “Reconheço que violei qualquer senso de certo e errado”. Presente também, ainda com apoio em Goffman, o princípio da honra quando o ato é por dever a unidades sociais mais amplas – a família e o público, ao afirmar não ter correspondido à confiança nele depositada.

Tavuchis (1991: p. 7) define que toda pessoa é parte de uma comunidade moral a quem a pessoa se submete como exigência social fundamental, mas um compromisso moral que ela assume. A forma de reparação foi a sua renúncia. Confirma o autor que a validade e estabilidade das relações e inserção ao grupo provêm do conhecimento das normas da comunidade, seguidas da sua aceitação e conformidade a elas.

As desculpas por violações menores aos compromissos morais assumidos e, conseqüentemente os danos são mínimos ou justificáveis, as desculpas são superficiais e suficientes para reparação do dano. Ao contrário de quando a violação é considerada violação grave às crenças do grupo ou da cultura, a ofensa é imperdoável (op.cit. p. 21). Movido por esse princípio, um aspecto particular da cultura americana, que vincula a função pública a um comportamento pessoal e familiar inatacado dos dirigentes, o Governador se sentiu na contingência de renunciar ao cargo. Uma forma de manter a dignidade, no sentido de que quando o ato, quase um pecado, se liga “a coisas posturais, como eventos expressivos derivados do modo pelo qual a pessoa maneja o próprio, suas emoções e as coisas com as quais tem contato físico, fala-se de dignidade (GOFFMAN, 1980: p. 80).

Nesse contexto, a magnitude do problema, assim considerada na cultura americana e na visão do Governador, levou-o ao ato extremo da renúncia como forma de reparar o dano causado e preservar sua dignidade. No ato da renúncia afirmou: "Sigo adiante acreditando, como outros disseram, que a maior glória do ser humano não é nunca cair, mas ter a capacidade de levantar-se depois de uma queda" (Agência Estado 12/3/2008).

Mesmo em se levando em consideração a questão moral conforme a análise apresentada, há que sempre se questionar as condições de sinceridade quando a desculpa provém de um político, pois de acordo com a reportagem de onde foram retirados os fragmentos para análise de dados, o Governador já estava sob investigação por “transações financeiras suspeitas”, e durante a investigação foi descoberta uma rede de prostituição, e em conversa telefônica, o Governador foi flagrado contratando os serviços de uma garota de programa. O ilícito se ampliou, pois houve o deslocamento de prostitutas entre estados, nas viagens do Governador, supõe-se, e isso é considerado crime nos EUA.

### 6.9.6

#### Many to one – O Brasil pede desculpas a Chico Mendes

Na reportagem abaixo se relata a situação em que o Estado se coloca na situação de ofensor de um sujeito-singular e procura reparar o erro.

Francisco Alves Mendes Filho ainda não era um mito da luta contra a devastação quando foi em 1981, acusado de subversão e incitamento à luta de classes no Acre, em plena ditadura militar. Chico Mendes se ornaria mundialmente conhecido, dali para a frente, por comandar uma campanha contra a ação de grileiros e latifundiários, responsáveis pela destruição da floresta e pela escravização do caboclo amazônico. Por isso mesmo foi assassinado, em 22 de dezembro de 1988, na porta de casa, em Xapuri. O crime, cometido por uma de fazendeiros, foi punido com uma sentença de 19 anos de cadeia para cada um. Faltava reparar a injustiça cometida pelos militares.

E ela veio na quarta-feira 10, no palco do Teatro Plácido de Castro, em Rio Branco, na forma de uma portaria assinada pelo ministro da Justiça, Tarso Genro. Antes, porém, realizou-se uma sessão de julgamento da Comissão de Anistia, cujo resultado foi reconhecimento, por unanimidade, da perseguição política sofrida por Chico Mendes no início dos anos 80 do século passado. A viúva do líder garimpeiro, Izalmar Gadelha Mendes, vai receber uma pensão vitalícia de 3 mil reais mensais, além de indenização de 337,8 mil reais.

Após assinar a portaria de anistia, Tarso Genro declarou que o assassinato de Chico Mendes está diretamente associado à perseguição sofrida pelo seringueiro durante a ditadura. “O Estado brasileiro não soube compreender o que ele (Mendes) representava naquele momento”, disse o ministro. “O Brasil pede perdão a Chico Mendes”.

<[www.cartacapital.com.br](http://www.cartacapital.com.br)>

Nessa modalidade *Many to one* a situação é assimétrica em razão da diferença de poder entre os interlocutores, de um lado o Estado conforme o exemplo arrolado, de outro o indivíduo, é como uma relação entre serpente e pomba, conforme conceitua Tavuchis (1991: p. 91).

A posição do sujeito-singular é extremamente frágil, pois no sujeito-coletivo o indivíduo se desfigura na pluralidade. O ofensor é o Estado, o pedido de desculpas assume um aspecto formal e programado. Como resultado do julgamento da Comissão de Anistia, Chico Mendes é reabilitado pelo Estado por uma portaria que repara a memória do seringueiro perseguido por motivos políticos, durante a ditadura, e lhe confere uma pensão vitalícia a ser recebida pela esposa. O pedido formal e lacônico de desculpas do Estado vem por meio da fala do Ministro Tarso Genro: “O Estado brasileiro não soube compreender o que ele (Mendes) representava naquele momento”, disse o ministro. “O Brasil pede perdão a Chico Mendes”. A ausência do ouvinte colabora para o clima de formalidade e de amenização do dano. Não há o sentimento de remorso, por parte do ofensor, pois o agente governamental envolvido não foi o responsável direto

pela ofensa, ele apenas cumpre um ritual protocolar. Tampouco ocorre o sentimento de dor por parte do ofendido, que é representado *in memoriam* pela esposa.

Como movimento corretivo, o ato é simbolizado por uma oferenda (GOFFMAN: 88), nessa circunstância materializada monetariamente. Isso dá “uma chance de corrigir a ofensa e restabelecer a ordem expressiva” (id. ib.).